

ECOLOGIA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE JUSTIÇA AMBIENTAL

POLITICAL ECOLOGY: A STUDY ON ENVIRONMENTAL JUSTICE

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas • 14/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776147967](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776147967)

Alexandre Rodrigues de Morais¹

RESUMO

Este artigo analisa o racismo ambiental no Brasil a partir dos dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, com foco nas desigualdades de gênero, raça e renda. A pesquisa evidencia como populações negras, indígenas e periféricas são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais e têm acesso limitado a infraestrutura urbana e serviços públicos. Utilizando conceitos de territorialidade de Milton Santos, Raquel Rolnik e Carlos Vainer, o estudo revela que a segregação socioespacial é um vetor de injustiça ambiental. A análise cartográfica reforça a concentração de vulnerabilidades nas regiões Norte e Nordeste e nas periferias dos grandes centros urbanos. Conclui-se que o enfrentamento do racismo ambiental exige políticas públicas interseccionais e territorialmente sensíveis.

Palavras-chave: Racismo ambiental; desigualdade socioespacial; territorialidade.

ABSTRACT

This article analyzes environmental racism in Brazil based on data from the 2022 Demographic Census of the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), focusing on inequalities of gender, race, and income. The research highlights how Black, Indigenous, and marginalized populations are disproportionately exposed to environmental risks and have limited access to urban infrastructure and public services. Using concepts of territoriality from Milton Santos, Raquel Rolnik, and Carlos Vainer, the study reveals that socio-spatial segregation is a vector of environmental injustice. The cartographic analysis reinforces the concentration of vulnerabilities in the North and Northeast regions and in the peripheries of large urban centers. It concludes that confronting environmental racism requires intersectional and territorially sensitive public policies.

Keywords: Environmental racism; socio-spatial inequality; territoriality.

INTRODUÇÃO

O racismo ambiental configura-se como uma forma de discriminação estrutural que se expressa na distribuição desigual dos riscos e benefícios ambientais entre diferentes grupos sociais. Trata-se de um fenômeno que transcende questões ecológicas e revela como o território é moldado por relações de poder, exclusão e desigualdade. No Brasil, essa realidade está profundamente enraizada na história de marginalização racial, econômica e territorial, que relegou populações negras, indígenas e periféricas a espaços marcados pela precariedade e pela invisibilidade institucional.

Essas populações, historicamente excluídas dos processos de planejamento urbano e das políticas públicas, enfrentam maior exposição a enchentes, deslizamentos, poluição e ausência de infraestrutura básica. A precariedade dos serviços públicos, como saneamento, transporte e coleta de lixo, não é distribuída aleatoriamente, mas segue padrões raciais e socioeconômicos que revelam a lógica da injustiça ambiental. O território, nesse sentido, torna-se expressão concreta das desigualdades sociais, funcionando como um espelho das estruturas excludentes que organizam a sociedade brasileira.

A partir dos dados do Censo Demográfico 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar com maior precisão os padrões persistentes de desigualdade que atravessam os marcadores de renda, raça e

gênero. Mulheres negras, por exemplo, estão entre os grupos com menor rendimento médio, o que as torna mais vulneráveis às consequências da degradação ambiental e da ausência de políticas de proteção territorial. Pretos, pardos e indígenas concentram-se em áreas com menor acesso a serviços públicos e maior exposição a riscos ambientais, como enchentes e deslizamentos.

Esses dados reforçam a necessidade de compreender o racismo ambiental como um fenômeno interseccional, que articula múltiplas dimensões da desigualdade. A intersecção entre raça, classe, gênero e território revela que os impactos ambientais não são distribuídos de forma equitativa, e que determinados grupos sociais são sistematicamente mais afetados pelas externalidades negativas do modelo de desenvolvimento urbano e rural vigente. A injustiça ambiental, portanto, não pode ser dissociada das estruturas sociais que a sustentam.

Este artigo propõe uma análise crítica do racismo ambiental no Brasil, com base em dados oficiais e representações cartográficas que evidenciam as territorialidades da exclusão. A cartografia temática utilizada permite visualizar espacialmente os padrões de desigualdade, revelando como determinados territórios concentram múltiplas vulnerabilidades. A sobreposição de indicadores socioeconômicos e ambientais torna possível identificar os epicentros da injustiça ambiental e propor intervenções mais eficazes e sensíveis às especificidades locais.

A abordagem teórica adotada neste estudo fundamenta-se nos estudos de Milton Santos sobre o uso desigual do território, nas reflexões de Raquel Rolnik sobre urbanização excludente e nas contribuições de Carlos Vainer sobre os conflitos socioambientais.

Esses autores oferecem ferramentas conceituais para compreender como o espaço é produzido socialmente e como as políticas públicas podem reproduzir ou combater as desigualdades territoriais. A articulação entre teoria crítica e dados empíricos é essencial para construir uma leitura complexa e comprometida com a transformação social.

Ao evidenciar os vínculos entre desigualdade racial, vulnerabilidade ambiental e ausência de políticas públicas eficazes, este artigo busca contribuir para o debate sobre justiça ambiental no Brasil. A justiça ambiental, nesse contexto, não se limita à preservação dos recursos naturais, mas envolve a redistribuição equitativa dos benefícios e riscos ambientais, o reconhecimento dos saberes tradicionais e a valorização dos territórios periféricos. Trata-se de uma agenda política que exige sensibilidade interseccional e compromisso com a equidade.

Em suma, compreender o racismo ambiental como uma questão estrutural e territorial é fundamental para a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas. A análise aqui proposta pretende oferecer subsídios para pesquisadores, gestores e movimentos sociais que atuam na promoção da justiça socioambiental. Ao tornar visível o que historicamente foi invisibilizado, este estudo reafirma o papel da geografia crítica na construção de um país mais democrático e ambientalmente justo.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem interdisciplinar, combinando análise estatística com leitura crítica do território. Utilizou-se como base os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE), com foco nas variáveis de raça/cor, gênero e renda. A escolha desses indicadores se justifica pela sua relevância na identificação de padrões de desigualdade socioambiental. A análise foi complementada por mapas temáticos que evidenciam a distribuição espacial da população e suas vulnerabilidades, com destaque para as regiões Norte e Nordeste e as periferias urbanas dos grandes centros.

A metodologia cartográfica foi aplicada para visualizar a territorialização das desigualdades. As imagens geradas representam a sobreposição de fatores sociais e ambientais, permitindo identificar zonas de risco e exclusão. Essa abordagem está alinhada à perspectiva de Milton Santos, que afirma: “O território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. Ele é, também, o repositório final de todas as ações e de todas as relações”. Assim, o território é entendido como espaço vivido e apropriado de forma desigual, refletindo as estruturas de poder e dominação.

Além da cartografia social, foi realizada uma revisão bibliográfica sistemática sobre racismo ambiental e territorialidade. Foram consultadas obras de referência como *A natureza do espaço* (Santos, 2006), *Guerra dos lugares* (Rolnik, 2015) e *A cidade do pensamento único* (Vainer, 2000). Raquel Rolnik contribui com a compreensão da urbanização excludente ao afirmar que “a política habitacional brasileira foi historicamente utilizada como instrumento de segregação socioespacial”. Essa segregação é visível nas áreas periféricas, onde a população negra e pobre é mais exposta a riscos ambientais.

Carlos Vainer reforça a dimensão política da produção do espaço ao destacar que “o planejamento estratégico urbano é, muitas vezes, uma estratégia discursiva que mascara os conflitos e interesses que moldam a cidade”. A análise dos dados do IBGE foi, portanto, orientada por uma leitura crítica do território, que considera não apenas os números, mas os processos históricos e sociais que os produzem. Essa perspectiva permite compreender o racismo ambiental como resultado da articulação entre desigualdade racial, econômica e territorial.

Como parte da metodologia, foi incorporado um comparativo entre os resultados obtidos e os dados disponibilizados pela plataforma Adapta Brasil, que adapta os Objetivos do Milênio ao contexto nacional. A análise concentrou-se nos indicadores relacionados aos ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). Ao confrontar os dados do Censo com as metas nacionais, foi possível identificar lacunas significativas entre os compromissos assumidos pelo Brasil e a realidade dos territórios racializados.

Esse comparativo revelou que os territórios com maior concentração de população preta, parda e indígena apresentam os piores indicadores em relação às metas dos ODS, especialmente no que diz respeito ao acesso ao saneamento básico e à segurança habitacional. A discrepância entre os objetivos estabelecidos e a situação concreta desses territórios reforça a urgência de políticas públicas interseccionais e territorialmente sensíveis. A inclusão dos dados do Adapta Brasil como referência metodológica fortalece a análise e amplia sua capacidade de diálogo com agendas internacionais de justiça socioambiental.

Por fim, a pesquisa adotou como critério de validação a triangulação entre dados estatísticos, evidências cartográficas e fundamentação teórica. Essa triangulação garante robustez à análise e permite identificar padrões recorrentes de injustiça ambiental. A metodologia utilizada busca não apenas descrever a realidade, mas revelar os mecanismos que perpetuam a exclusão. Ao integrar dados empíricos e conceitos geográficos, o estudo contribui para o fortalecimento de políticas públicas sensíveis às desigualdades raciais e territoriais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dados do Censo Demográfico 2022 revelam que o racismo ambiental no Brasil é um fenômeno estrutural e territorializado. A renda média nacional é de R\$ 2.851, mas mulheres negras recebem apenas R\$ 1.834, enquanto pretos, pardos e indígenas têm rendimentos de R\$ 2.061, R\$ 2.186 e R\$ 1.683, respectivamente. Esses grupos estão concentrados em áreas com menor acesso a infraestrutura urbana, saneamento básico e serviços públicos, evidenciando uma correlação direta entre desigualdade racial e vulnerabilidade ambiental.

A região Norte do Brasil é emblemática nesse contexto. Segundo o IBGE, menos da metade dos moradores da Amazônia Legal possui esgoto sanitário adequado, e os índices de coleta de lixo são os mais baixos do país. Em Manaus, por exemplo, comunidades ribeirinhas vivem em áreas de várzea, sujeitas a enchentes e contaminação por dejetos. A ausência de políticas públicas eficazes nessas regiões reforça o ciclo de exclusão e risco ambiental.

No Distrito Federal, o caso da favela Sol Nascente ilustra o contraste entre territórios racializados e áreas nobres. Com mais de 67% da população se declarando preta ou parda, e mais de 40% vivendo com até dois salários-mínimos, o local sofre com falta de saneamento, mobilidade urbana e infraestrutura verde. Enquanto isso, bairros como o Lago Sul concentram investimentos e planejamento urbano, evidenciando o que Raquel Rolnik chama de “urbanização excludente”.

A Baixada Santista e o litoral norte de São Paulo também apresentam altos índices de racismo ambiental. Mais de 25 mil habitações estão em áreas de risco, segundo mapeamento do Serviço Geológico do Brasil. A população negra e periférica é a mais afetada por deslizamentos, enchentes e ausência de serviços básicos. Carlos Vainer aponta que “a produção social do risco é uma expressão da injustiça ambiental”, reforçando que esses territórios não são naturalmente vulneráveis, mas socialmente construídos.

Figura 01: Mapa da distribuição populacional por raça, gênero e renda no Brasil.



Fonte: IBGE (2022)

Milton Santos, um dos principais pensadores da geografia crítica brasileira, contribuiu significativamente para a compreensão da territorialidade ao afirmar que “o espaço é o conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Essa definição permite entender o território como resultado da interação entre elementos materiais — como infraestrutura, transporte e saneamento — e práticas sociais, políticas e econômicas que moldam o uso e a apropriação do espaço. No contexto brasileiro, essa interação revela profundas desigualdades que afetam diretamente populações racializadas.

Os sistemas de objetos, que deveriam garantir condições mínimas de vida digna, são distribuídos de forma desigual no território nacional. Infraestruturas urbanas, redes de transporte e saneamento básico são mais presentes em áreas privilegiadas, enquanto territórios periféricos e racializados enfrentam carências históricas. Ao mesmo tempo, os sistemas de ações — como políticas públicas e decisões de planejamento — frequentemente reforçam essa desigualdade, perpetuando um modelo de urbanização excludente e seletiva.

Essa dinâmica resulta em um território fragmentado, onde populações negras, pardas e indígenas são empurradas para espaços de risco e invisibilidade. A ausência de serviços básicos, a precariedade habitacional e a vulnerabilidade ambiental não são fruto do acaso, mas de escolhas políticas que determinam quem tem acesso ao direito à cidade. O racismo ambiental, nesse sentido, é uma expressão concreta da injustiça social territorializada.

A análise cartográfica realizada confirma essa realidade. Regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil, além das periferias das grandes metrópoles, concentram os maiores índices de racismo ambiental. Os mapas revelam que municípios com baixa renda média e alta proporção de população preta, parda e indígena coincidem com áreas de menor cobertura de saneamento, maior exposição a desastres naturais e menor presença do Estado. Essa sobreposição territorial entre raça, pobreza e risco ambiental é a base da injustiça ambiental no país.

Diante desse cenário, os resultados indicam que o enfrentamento do racismo ambiental exige políticas públicas interseccionais e territorialmente sensíveis. É fundamental reconhecer que a

desigualdade ambiental não é apenas uma questão técnica, mas política e histórica. A universalização do saneamento, o planejamento urbano inclusivo e a valorização dos territórios periféricos são medidas urgentes para romper com o ciclo de exclusão e promover justiça socioambiental.

A Tabela 1, apresentada neste estudo, sintetiza comparativamente os dados que evidenciam as áreas de maior vulnerabilidade. Ela reforça a importância de uma abordagem territorial na formulação de políticas públicas, evidenciando como os dados espaciais podem revelar padrões de exclusão e orientar ações reparadoras. Assim, a cartografia crítica se consolida como ferramenta estratégica na luta por equidade racial e ambiental no Brasil.

Tabela 01: Racismo Ambiental no Brasil.

| Eixo | Indicador Principal | Territórios Afetados |
|-------------------------|---|--|
| Desigualdade estrutural | Baixa renda média e alta população racializada | Norte, Nordeste, periferias urbanas |
| Infraestrutura precária | Falta de saneamento, transporte e serviços públicos | Amazônia Legal, Sol Nascente, Baixada Santista |
| Risco ambiental | Exposição a enchentes, deslizamentos e invisibilidade | Litoral Norte de SP, comunidades periféricas |

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do IBGE (2022)

Ao confrontar esses dados com os indicadores do Adapta Brasil, observa-se que o país ainda está distante de cumprir metas fundamentais dos ODS, como o ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). Por exemplo, a meta de universalização do saneamento básico não se concretiza em territórios racializados, onde menos da metade da população possui

esgoto sanitário adequado. A proposta do ODS 18, voltado à igualdade étnico-racial, reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam e enfrentem as vulnerabilidades específicas das populações negras, indígenas e periféricas.

Essa comparação revela que o racismo ambiental não é apenas uma falha na distribuição de recursos, mas uma consequência direta da ausência de políticas interseccionais e territorialmente sensíveis. A persistência dessas desigualdades indica que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil precisam ser acompanhados de ações concretas que integrem justiça ambiental e equidade racial. A análise conjunta dos dados do IBGE e das metas do Adapta Brasil permite não apenas diagnosticar o problema, mas também propor caminhos para sua superação, com foco na valorização dos territórios periféricos e na participação ativa das comunidades afetadas. Na tabela 2 é possível verificar o comparativo entre os dados do IBGE 2022 e as ODS.

Tabela 02: Comparativo entre Dados do IBGE 2022 e Metas dos ODS (Adapta Brasil).

| ODS (Adapta Brasil) | Meta Nacional Adaptada | Realidade Observada (IBGE 2022) | Impacto nas Populações Racializadas |
|----------------------------|--|---|--|
| ODS 6 Água e Saneamento | Universalizar acesso ao saneamento básico até 2030 | Menos da metade da população em territórios racializados possui esgoto adequado | Exposição a enchentes, contaminação e doenças. |
| ODS 10 Redução das | Reduzir desigualdades socioeconômicas e territoriais | Mulheres negras recebem R\$ 1834,00 indígenas R\$ 1583,00 sendo que a | Baixa renda limita acesso a serviços e |

| | | | |
|-----------------------------------|--|---|--|
| Desigualdades | | média nacional é de R\$ 2850,00 | aumenta a vulnerabilidade. |
| ODS 11 Cidades Sustentáveis | Garantir moradia segura e infraestrutura urbana inclusiva. | Periferias urbanas carecem de mobilidade, infraestrutura verde e serviços | Segregação espacial e risco ambiental elevado |
| ODS 10 Igualdade Étnico-Racial | Promover equidade racial e valorização dos territórios tradicionais. | Populações negras, indígenas e periféricas seguem invisibilizadas nas políticas públicas. | Necessidade de ações interseccionais e territorialmente sensíveis. |

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de dados do IBGE (2022) e Adapta Brasil (2025)

COMENTÁRIOS FINAIS

A análise integrada dos dados do Censo Demográfico 2022 e da cartografia temática construída evidencia que o racismo ambiental no Brasil não é apenas um fenômeno social, mas uma expressão espacial da desigualdade estrutural. Essa constatação reforça a importância de compreender o território como um reflexo das relações de poder que moldam o acesso a direitos e recursos. O espaço geográfico, nesse contexto, torna-se palco de disputas e exclusões que afetam de maneira desproporcional as populações racializadas.

A distribuição territorial da população negra, parda e indígena em áreas com menor acesso à infraestrutura urbana, saneamento básico e serviços públicos revela uma lógica de exclusão historicamente construída. Esses grupos, frequentemente empurrados para as periferias urbanas ou regiões remotas,

enfrentam condições precárias de moradia, mobilidade e acesso a bens essenciais. Tal configuração não é fruto do acaso, mas resultado de políticas públicas omissas ou seletivas, que reforçam a marginalização desses territórios.

O mapa temático apresentado neste estudo reforça visualmente essa correlação, destacando regiões como a Amazônia Legal, o Distrito Federal (Sol Nascente), a Baixada Santista e o litoral norte de São Paulo como epicentros de vulnerabilidade ambiental racializada. Esses territórios, marcados por baixos índices de renda e infraestrutura, concentram populações historicamente marginalizadas, evidenciando o que autores como Raquel Rolnik e Carlos Vainer denominam “urbanização excludente” e “produção social do risco”.

A espacialização do racismo ambiental permite compreender que a vulnerabilidade não é uma condição natural, mas socialmente construída e mantida por decisões políticas e econômicas que moldam o território. A ausência de investimentos em saneamento, habitação e infraestrutura verde em áreas racializadas não apenas compromete a qualidade de vida de seus habitantes, como também os expõe a riscos ambientais recorrentes, como enchentes, deslizamentos e contaminação por resíduos.

Ao confrontar esses dados com os indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme adaptados pelo Adapta Brasil, observa-se que o país ainda está distante de cumprir metas fundamentais como o ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 10 (Redução das desigualdades) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). A proposta do ODS 18, voltado à igualdade étnico-racial, reforça a urgência de políticas públicas que

reconheçam e enfrentem as vulnerabilidades específicas das populações negras, indígenas e periféricas. A persistência dessas desigualdades revela que os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil precisam ser acompanhados de ações concretas que integrem justiça ambiental e equidade racial.

Nesse sentido, a cartografia crítica emerge como uma ferramenta fundamental para denunciar injustiças e orientar ações reparadoras. Ao sobrepor camadas de dados socioeconômicos, raciais e ambientais, os mapas revelam padrões de exclusão que muitas vezes permanecem invisíveis nas estatísticas agregadas. A visualização espacial das desigualdades permite uma leitura mais precisa do território e subsidia a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas, alinhadas às metas dos ODS e às diretrizes do Adapta Brasil.

Portanto, este estudo reafirma a necessidade de políticas públicas interseccionais que considerem raça, território e meio ambiente como dimensões indissociáveis. A superação do racismo ambiental exige não apenas investimentos em infraestrutura, mas também o reconhecimento dos saberes e direitos das populações racializadas, promovendo justiça territorial e ambiental como pilares de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por fim, é fundamental que o enfrentamento do racismo ambiental seja incorporado como diretriz transversal nas agendas de planejamento urbano, desenvolvimento sustentável e combate às desigualdades. A valorização dos territórios periféricos, o fortalecimento da participação social e a reparação histórica das injustiças ambientais são caminhos indispensáveis para a construção de cidades mais inclusivas, resilientes e equitativas. A

articulação entre dados empíricos, compromissos internacionais e saberes locais é essencial para transformar o território em espaço de justiça e dignidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossa profunda gratidão ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela disponibilização dos dados do Censo Demográfico 2022, fundamentais para a análise crítica das desigualdades socioambientais no território brasileiro. A qualidade, abrangência e transparência das informações produzidas pelo IBGE foram essenciais para a construção de uma cartografia comprometida com a justiça social e ambiental.

Estendemos também nossos sinceros agradecimentos ao Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela valiosa colaboração técnica e acadêmica ao longo deste trabalho. O suporte metodológico, os debates interdisciplinares e o compromisso com a pesquisa aplicada foram determinantes para o aprofundamento das reflexões sobre racismo ambiental e territorialidades.

Reconhecemos, ainda, o papel do governo brasileiro na disponibilização de dados estratégicos por meio da plataforma Adapta Brasil, que adapta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao contexto nacional. A integração dessas informações foi essencial para o aprofundamento da análise territorial e para o alinhamento das reflexões com os compromissos internacionais assumidos pelo país em prol da equidade racial, da justiça ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A articulação entre dados oficiais e saberes científicos é um passo indispensável para a construção de políticas públicas mais equitativas e para o fortalecimento de práticas acadêmicas engajadas com a transformação social. Este trabalho é fruto dessa sinergia e representa um esforço coletivo em direção à justiça ambiental no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Adapta Brasil: plataforma de apoio à adaptação à mudança do clima. Brasília: MCTI, 2022. Disponível em: <https://adaptabrasil.mcti.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Mapeamento de áreas de risco no litoral paulista. Brasília: SGB/CPRM, 2022. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e território: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). A cidade do pensamento

único: desmanchando consensos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 75–102.

¹ UERJ. E-mail: moraisprojetos@gmail.com